


AFRICAN UNION		UNION AFRICAINE
الاتحاد الأفريقي African Commission on Human & Peoples' Rights		UNIÃO AFRICANA Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
31 Bijilo Annex Layout, Kombo North District, Western Region, P. O. Box 673, Banjul, Gâmbia Tel: (220) 4410505 / 4410506; Fax: (220) 4410504 Correio electrónico: au-banjul@achpr.org ; Portal electrónico: www.achpr.org		

Comunicado final da 63^a Sessão Ordinária da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Banjul, Gâmbia

24 de Outubro a 13 de Novembro de 2018

1. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Comissão) realizou a sua 63ª Sessão Ordinária em Banjul, Gâmbia, de 24 de Outubro a 13 de Novembro de 2018.
2. Na ocasião, a Comissão comemorou o 70º aniversário da adopção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos Povos (DUDH).
3. Participaram na Sessão os seguintes membros da Comissão:
 - Ilustre Comissária **Soyata Maïga**, Presidente;
 - Ilustre Comissário **Lawrence Murugu Mute**, Vice-Presidente;
 - Ilustre Comissário **Yeung Kam John Yeung Sik**;
 - Ilustre Comissária **Kayitesi Zainabo Sylvie**;
 - Ilustre Comissária **Lucy Asuagbor**;
 - Ilustre Comissária **Maya Sahli-Fadel**;
 - Ilustre Comissária **Jamesina Essie L. King**;
 - Ilustre Comissário **Solomon Ayele Dersso**;
 - Ilustre Comissário **Hatem Essaïem**;
 - Ilustre Comissária **Maria Teresa Manuela**; e
 - Ilustre Comissário **Remy Ngoy Lumbu**.
4. A cerimónia de abertura contou com a honrosa presença de **Sua Excelência o Senhor Ousainou Darboe**, Vice-Presidente da República da Gâmbia, tendo ele declarado aberta a 63ª Sessão Ordinária.
5. Falando em nome dos participantes do Fórum de ONG, a Sra. Hannah Forster destacou algumas das actividades realizadas durante o Fórum, incluindo a 37ª Feira Africana do Livro sobre Direitos Humanos, que decorreu de 20 a 22 de Outubro de 2018, as celebrações do Dia Africano dos Direitos Humanos em 21 de Outubro de 2018, e as comemorações do 70º aniversário da DUDH e do 15º aniversário do Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Mulheres em África (o Protocolo de Maputo). A Sra. Forster indicou ainda que o Fórum havia mantido discussões sobre a prevenção da corrupção no âmbito do tema da União Africana (UA) para 2018, “Vencer a Luta Contra a Corrupção”.
6. O Sr. Bongani Majola, que falava em nome da Rede de Instituições Nacionais Africanas dos Direitos Humanos (NANHRI), elogiou a Comissão por continuar a trabalhar na defesa

de uma cultura de direitos humanos em África. Citou os conflitos armados, o terrorismo, a corrupção, a migração e o tráfico de pessoas como desafios que impedem a concretização dos direitos humanos. O Sr. Majola aludiu a alguns dos desafios com que as Instituições Nacionais dos Direitos Humanos (INDH) se vêm confrontadas no âmbito do exercício independente dos respectivos mandatos, incluindo cortes orçamentais, nomeação e demissão irregulares de membros das INDH, ataques verbais contra membros das INDH, negação de acesso à cobertura por parte da comunicação social estatal, negação de imunidade a dirigentes das INDH, e atrasos na análise parlamentar das constatações das INDH. Realçou a importância de INDH fortes e independentes, por constituírem uma das poucas formas de defesa que restam contra o poder desenfreado dos Estados. O Sr. Majola apelou à UA e aos Estados membros para promoverem e protegerem a independência da Comissão, uma vez que o sucesso das INDH depende do trabalho e do comando da Comissão.

7. Falando em nome dos Estados membros da UA, Sua Excelência o Embaixador Wael Attiya, Director do Departamento dos Direitos Humanos junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Árabe do Egipto, recordou a decisão de se criar a Comissão com vista a fiscalizar a aplicação da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (Carta Africana), e a prestar assistência técnica a esses Estados na realização dos direitos humanos. Frisou a necessidade de se proceder a um balanço daquilo que foi alcançado, e de se reavivar a cooperação entre a Comissão e os Órgãos Deliberativos da UA. A este respeito, recordou o retiro realizado em Nairobi, Quênia, em Junho de 2018, que visou promover consultas regulares entre o Comité de Representantes Permanentes (CRP) da UA e a Comissão. Sua Excelência o Embaixador Atteya indicou ser essencial dar continuidade a esse esforço de colaboração como forma de se melhorar a eficácia da Comissão e de habilitá-la a ajudar os Estados membros a cumprirem as suas obrigações na área dos direitos humanos. A concluir, referiu que o Egipto continuaria a apoiar a Comissão, tendo anunciado que o seu país iria acolher a 64ª Sessão Ordinária da CADHP.
8. Falando em nome da Organização Internacional da Francofonia (OIF), o Sr. Dominique Delpuech felicitou a Gâmbia por ter aderido à OIF em Outubro de 2018. Referiu que a OIF promovia a paz, a democracia e os direitos humanos em conformidade com a Declaração de Bamako de 3 de Novembro de 2000, que visa consolidar o Estado de Direito, os direitos humanos e a cultura democrática. Acrescentou que a Declaração afirmava a necessidade de se intensificar a cooperação entre a OIF e organizações internacionais e regionais. Indicou que havia sido neste quadro que a OIF e a Comissão assinaram recentemente um Memorando de Entendimento e acordaram num Roteiro. O Sr. Delpuech saudou as celebrações do 70º aniversário da DUDH, afirmando que embora tivessem sido registados progressos na aplicação desse instrumento, muito havia ainda a fazer. Expressou a preocupação da OIF relativamente aos desafios que põem em causa os princípios da universalidade e da indivisibilidade dos direitos humanos, sob o pretexto da luta contra o terrorismo e a migração.

9. O Senhor Mahamane Cisse-Gouro, que falava em nome da Senhora Michelle Bachelet, Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, referiu-se ao tema da União Africana (UA) para 2018, “Vencer a Luta Contra a Corrupção”, afirmando que tal como a UA, as Nações Unidas estavam igualmente preocupadas com questões de corrupção. Recordou a Declaração da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral de 2012 sobre Regras de Direito, que alude ao impacto negativo da corrupção e frisa a importância das regras de Direito na forma de se abordar e lidar com a prevenção da corrupção. O Senhor Cisse-Gouro observou que a corrupção podia assumir diversas formas e ter impactos individuais e colectivos no que se refere ao usufruto dos direitos humanos. Manifestou esperança de que o Acordo de Roteiro de Adis Abeba venha a ser alargado para que conjuntamente seja possível combater a corrupção. Reiterou o lema da Comissão, "Direitos Humanos: A Nossa Responsabilidade Colectiva", tendo neste contexto manifestado o apoio do Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (ACNUDH) ao trabalho da Comissão e da UA.
10. A Meritíssima Juíza Tujilane Chizumila, falando em nome do Juiz Sylvian Oré, presidente do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (o Tribunal), observou que, após três décadas de actividades, a Comissão continuava a ser fundamental para a realização dos principais objectivos da UA. Recordou a decisão da UA e dos seus Estados membros de se criar o Tribunal com vista a reforçar o funcionamento contínuo e independente da Comissão. Acrescentou que o Tribunal reconhecia a independência funcional da CADHP no caso *Femi Falana vs a Comissão*. A Meritíssima Juíza Chizumila compartilhou as preocupações do Tribunal sobre os recentes equívocos quanto à forma como as instituições e órgãos de direitos humanos criados pela União Africana deviam cumprir os respectivos mandatos. Afirmou que a tendência não conformava com os compromissos e valores da União Africana e dos Estados membros, tal como enunciados no Acto Constitutivo da União e da Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança, em particular as regras de Direito e independência dos órgãos com poderes para dirimir litígios e decidir sobre os mesmos. A concluir disse que África é um continente assente na solidariedade, razão pela qual a União Africana havia criado o Tribunal, tendo todavia retido a Comissão como forma de permitir uma cultura de direitos humanos e de justiça para todos.
11. No seu discurso abertura, a Presidente da Comissão, Ilustre Comissária Soyata Maïga, deu as boas-vindas aos participantes à 63ª Sessão Ordinária da Comissão e agradeceu ao Governo da Gâmbia a criação de condições para a realização do evento. Observou que este ano os direitos humanos estavam em primeiro plano, pois o mundo inteiro comemora os 70 anos da DUDH, um instrumento que é o “primeiro articulado internacional dos direitos e liberdades de todos os membros da família humana.”
12. A Presidente prosseguiu, tendo compartilhado uma série de preocupações sobre a situação dos direitos humanos no continente, como a questão da segurança na região do Sahel e o impacto que tem sobre os direitos das populações; a crise migratória em África; a turbulência política no Togo e os protestos pós-eleitorais no Mali e na Côte d’Ivoire; a

situação na região dos Camarões de língua inglesa; a crise política na RDC, em particular os ataques contra civis em Béni; a crise política no Burundi e a suspensão das actividades de todas as ONG estrangeiras; a prisão e detenção arbitrárias de defensores dos direitos humanos em vários países africanos; e as restrições impostas à liberdade de expressão e de reunião nos Camarões, Gabão, Egipto, República Democrática do Congo e Sudão. Observou ainda com preocupação o impacto negativo da corrupção nos direitos humanos, particularmente no que respeita aos direitos sociais e económicos.

13. A Presidente partilhou igualmente alguns dos acontecimentos positivos no continente, incluindo a ratificação pela Gâmbia do Segundo Protocolo Facultativo do Convénio Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, com vista a abolição da pena de morte (Segundo Protocolo Facultativo do CIDCP), e a Criação da Comissão de Verdade, Reconciliação e Reparações; os passos dados pela República Federal Democrática da Etiópia para promover a construção da paz, as mudanças democráticas e os direitos humanos, e a formação recente de um governo equilibrado em termos de género; a reconciliação entre a Eritreia e a Etiópia e a subsequente abertura de fronteiras; a amnistia concedida pelas autoridades da Costa do Marfim a cerca de 800 pessoas; e a vontade política expressa pelo Presidente da Côte d'Ivoire visando o cumprimento de uma decisão do Tribunal Africano.
14. A Presidente comentou a decisão do Conselho Executivo de Junho de 2018, reiterando o firme compromisso da Comissão para com a universalidade dos direitos humanos e o seu empenho em defender os direitos humanos de todas as pessoas, de acordo com os princípios consagrados na Carta Africana. A concluir, apelou a todas as partes interessadas, incluindo os responsáveis pela tomada de decisões políticas, a desempenharem o papel que lhes cabe na edificação da democracia, garantindo as regras de Direito e promovendo e protegendo os direitos humanos em África.
15. Falando em nome da Sra. Minata Samate Cessouma, Comissária para Assuntos Políticos, o Sr. Calixte Mbari, fez notar que o sistema de direitos humanos da UA havia sofrido transformações, com a recente adopção do Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas Idosas, e o Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências em África. O Sr. Mbari recordou a decisão da UA de declarar 2019 como o "Ano dos Refugiados, Retornados e Deslocados Internos em África: Rumo a Soluções Duradouras para Deslocações Forçadas". Frisou a necessidade de se trabalhar de forma colectiva na promoção e protecção dos direitos humanos na África, e sublinhou o compromisso da UA para com a promoção e protecção dos direitos humanos, conforme o enunciado na Agenda 2063. Disse que o processo de reformas institucionais da UA visa o reforço das instituições de direitos humanos da União, ao invés da sua fragilização. Apelou a todas as partes interessadas, incluindo os Estados membros da UA, a sociedade civil e outros actores a envolverem-se de forma construtiva na concretização das aspirações da Agenda 2063.

16. Sua Excelência o Sr. Ousainou Darboe, Vice-Presidente da República da Gâmbia, saudou os participantes à 63ª Sessão Ordinária da Comissão. Indicou que o Governo da Gâmbia sentia-se honrado por acolher as sessões da Comissão, em particular a 63ª Sessão Ordinária, que coincidiu com o 70º aniversário da DUDH. Observou que os Estados africanos haviam feito grandes avanços na sequência da adopção da DUDH, incluindo a Carta Africana, embora mais necessitasse de ser feito para se concretizar em pleno os valores consagrados neste instrumento.
17. Prosseguindo, o Vice-Presidente da Gâmbia compartilhou alguns desenvolvimentos positivos, relativamente à situação dos direitos humanos na Gâmbia após a última Sessão Ordinária realizada nesse país em Outubro de 2017, incluindo a ratificação da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Castigos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; a Convenção Internacional sobre a Protecção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados; o Segundo Protocolo Facultativo do CIDCP; a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança; e o Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre a criação de um Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (o Protocolo do Tribunal). Afirmou ainda que a Gâmbia estava em vias de emitir uma Declaração, nos termos do parágrafo 6 do artigo 34 do Protocolo do Tribunal, visando permitir que indivíduos e ONG possam ter acesso directo ao Tribunal. Sobre a ratificação do Segundo Protocolo Facultativo do ICCPR, indicou que a Gâmbia adoptara uma moratória quanto à imposição da pena de morte como primeiro passo para se abolir essa prática.
18. O Vice-Presidente realçou outras áreas onde havia sido registado progresso, incluindo melhorias na liberdade de expressão; o dramático declínio de prisões e detenções arbitrárias; um maior envolvimento e participação do público; o início do processo de revisão de leis repressivas e a criação do Comité de Revisão da Lei da Comunicação Social; os passos dados visando reformas em várias áreas de governação; a criação de uma Comissão de Revisão Constitucional; o estabelecimento de uma Comissão de Verdade, Reconciliação e Reparações; as medidas tomadas para se criar uma Comissão Nacional dos Direitos Humanos; a elaboração de um projecto-lei contra a corrupção; a melhoria das condições prisionais e a revisão da Lei das Prisões, com vista a assegurar o cumprimento das normas internacionais; a concepção de diversas políticas nacionais, como o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021; e apresentação pela Gâmbia do relatório periódico conjunto à Comissão, abrangendo um período de 24 anos.
19. O Vice-Presidente concluiu a sua alocução, expressando apreço a todos os participantes à Sessão, tendo declarado aberta a 63ª Sessão Ordinária da Comissão.
20. A Ilustre Comissária **Soyata Maïga** presidiu à 63ª Sessão Ordinária da Comissão.
21. A 63ª Sessão Ordinária contou com a participação de um total de seiscentos e noventa (690) delegados, incluindo:

- i. cento e cinquenta e quatro (154) delegados em representação de vinte e sete (27) Estados partes, Argélia, Angola, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Egipto, Eswatini, Etiópia, Gâmbia, Guiné Bissau, Quênia, Lesoto, Líbia, Malawi, Mauritânia, Nigéria, Rwanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Serra Leoa, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Togo e Uganda;
 - ii. onze (11) representantes de instituições da UA;
 - iii. trinta e quatro (34) representantes de INDH;
 - iv. cinco (5) representantes de organizações internacionais e intergovernamentais;
 - v. trezentos e quarenta e seis (346) representantes de ONG;
 - vi. dezassete (17) representantes de órgãos da comunicação social;
 - vii. vinte e nove (29) observadores; e
 - viii. noventa e quatro (94) representantes da Comissão e do respectivo Secretariado, e ainda intérpretes, tradutores e pessoal de apoio.
22. A Comissão procedeu ao lançamento dos seguintes documentos e instrumentos durante a 63ª Sessão Ordinária:
- i. Princípios sobre a Despenalização de Pequenos Delitos em África;
 - ii. Compêndio da Protecção Legal de Defensores dos Direitos Humanos em África;
 - iii. Versões em línguas árabe e portuguesa das Directrizes sobre o Acesso à Informação e Eleições em África;
 - iv. Directrizes e Princípios para apresentação de Relatórios de Estado, referentes aos artigos 21 e 24 da Carta Africana que tratam de Indústrias Extractivas, Direitos Humanos e Ambiente; e
 - v. Boletim do Grupo de Trabalho para as Indústrias Extractivas, Direitos Humanos e Ambiente em África.
23. Durante a 63ª Sessão Ordinária, a Comissão também organizou os seguintes grupos de discussão:
- i. Grupo de discussão sobre o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e situação em África;
 - ii. Grupo de discussão sobre a Aplicação das Decisões da Comissão;
 - iii. Grupo de discussão sobre a Situação dos Migrantes em Risco de Tortura e Outros Maus-Tratos em África: Abordagens Alternativas;

- iv. Grupo de discussão relativo ao 20º aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre Defensores dos Direitos Humanos, e ao 5º Aniversário da Resolução 68/81 da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Defensores dos Direitos Humanos das Mulheres;
 - v. Grupo de discussão sobre o Dever de Apresentação de Relatórios de Estado e Directrizes para Apresentação de Relatórios ao abrigo do Protocolo de Maputo;
 - vi. Grupo de discussão sobre Execuções Extrajudiciais em África;
 - vii. Grupo de discussão sobre Pessoas com Albinismo; e
 - viii. Grupo de discussão sobre Directrizes referentes ao Acesso à Informação, e Eleições.
24. Os representantes de dezoito (18) Estados partes adiante identificados efectuaram declarações sobre a situação dos direitos humanos nos respectivos países: Argélia, Angola, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Reino do Eswatini, Etiópia, Quênia, Reino do Lesoto, Malawi, República Islâmica da Mauritânia, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão e Uganda.
25. Os representantes de seis (6) INDH também efectuaram declarações sobre a situação dos direitos humanos nos respectivos países:
- i. Comissão Nacional para os Direitos Humanos e Liberdades dos Camarões;
 - ii. Mecanismo Nacional de Prevenção da Mauritânia;
 - iii. Comissão Nacional Sarauí dos Direitos Humanos;
 - iv. Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Níger;
 - v. Comissão Nacional dos Direitos Humanos do Ruanda; e
 - vi. Comissão para a Igualdade do Género da África do Sul.
26. Sessenta e uma (61) ONG com estatuto de observadoras junto da Comissão emitiram declarações sobre a situação dos direitos humanos em África.
27. Um representante do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) também emitiu uma declaração sobre as vulnerabilidades de mulheres e raparigas em situações de conflito armado e outras situações de violência, sublinhando a importância de se aderir ao Protocolo de Maputo e ao Direito Humanitário Internacional com vista a uma melhor protecção de mulheres e raparigas.

28. A Comissão apresentou um informe sobre a situação das suas relações e cooperação com INDH e ONG. A Comissão procedeu a uma actualização do estado da apresentação de relatórios de actividades de INDH e ONG.
29. Em conformidade com a Resolução sobre a Concessão do Estatuto de Afiliadas a INDH em África, a Comissão concedeu esse estatuto a uma (1) INDH (Comissão dos Direitos Humanos do Sudão do Sul). Assim, o número total de INDH com esse estatuto passa a ser de vinte e nove (29).
30. De acordo com a Resolução sobre Critérios para Concessão e Manutenção do Estatuto de Observadoras de ONG a trabalhar na área dos direitos humanos e dos povos em África, a Comissão atribuiu esse estatuto a uma (1) ONG, nomeadamente a HAKI África. O número total de ONG com estatuto de observadoras passa a ser de quinhentos e dezoito (518).
31. A Comissão forneceu uma actualização dos relatórios periódicos apresentados pelos Estados partes à CADHP.
32. Em conformidade com o artigo 62 da Carta Africana e o artigo 26 do Protocolo de Maputo, a Comissão examinou os relatórios periódicos de três (3) Estados partes:
 - i. Sexto e Sétimo Relatórios Periódicos Conjuntos da República de Angola referentes à Carta Africana, e o Relatório relacionado com o Protocolo de Maputo;
 - ii. Sexto, Sétimo e Oitavo Relatórios Periódicos Conjuntos da República do Togo referentes à Carta Africana, e o Relatório relacionado com o Protocolo de Maputo; e
 - iii. Segundo e Terceiro Relatórios Periódicos Conjuntos da República do Botswana referentes à Carta Africana.
33. Nos termos do parágrafo 25 do Documento Base do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARF) – NEPAD/HSGIC/03-2003/APRM/MOU/Anexo II – , o Presidente do Grupo de Pessoas Eminentíssimas do MARF procedeu à apresentação dos relatórios deste mecanismo referentes à República do Chade, República do Djibuti, e República do Senegal.
34. Os seguintes membros da Comissão apresentaram os respectivos relatórios referentes ao período entre sessões, dando realce às actividades realizadas na sua qualidade de Comissários e de titulares de Mecanismos Especiais:
 - i. Presidente da Comissão e Presidente do Grupo de Trabalho para as Populações/Comunidades Indígenas em África;

- ii. Vice-Presidente da Comissão e Relator Especial para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação em África;
 - iii. Relatora Especial para os Direitos das Mulheres em África;
 - iv. Relatora Especial sobre a Situação dos Defensores dos Direitos Humanos em África;
 - v. Relatora Especial para as Prisões, Condições de Detenção e Policiamento em África;
 - vi. Relatora Especial para os Refugiados, Pessoas em Busca de Asilo, Pessoas Deslocadas Internamente e Migrantes em África;
 - vii. Presidente do Grupo de Trabalho para as Indústrias Extractivas, Ambiente e Violações de Direitos Humanos em África;
 - viii. Presidente do Grupo de Trabalho para a Pena de Morte e Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias em África;
 - ix. Presidente do Comité para a Prevenção da Tortura em África;
 - x. Presidente do Comité para a Protecção dos Direitos das Pessoas que Vivem com o HIV (PLHIV) e Pessoas em Risco, Vulneráveis e Afectadas pelo HIV;
 - xi. Presidente do Grupo de Trabalho para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em África;
 - xii. Presidente do Grupo de Trabalho para os Direitos das Pessoas Idosas e Pessoas Portadoras de Deficiências em África; e
 - xiii. Presidente do Grupo de Trabalho para as Participações-queixa.
35. A Comissão adoptou os relatórios de três (3) missões de promoção de direitos humanos efectuadas à República Angola, República Democrática do Congo, e República Islâmica da Mauritânia.
36. A Comissão analisou e adoptou os seguintes documentos com alterações:
- i. Observações Finais sobre o Relatório Inicial de Estado da Eritreia;
 - ii. Proposta de Protocolo anexo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre Segurança e Protecção Social
 - iii. Estratégia sobre Comunicações e Comunicação Social da Comissão;
 - iv. Auditoria a Participações-queixa;
 - v. Relatório do Segundo Seminário Regional sobre Aplicação de Medidas;
37. A Comissão também examinou e fez comentários aos seguintes documentos:

- i. Proposta sobre o Comentário Geral ao parágrafo 1 do artigo 12 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;
 - ii. Relatório da Secretária da Comissão;
 - iii. Plano Anual de Trabalhos da Comissão referente a 2019;
 - iv. Relatório sobre Questões de Pessoal e Orçamentais;
 - v. Estudo da CADHP sobre Direitos Humanos e Situações de Conflito em África;
 - vi. Proposta de Directrizes para o Envio de Casos ao Tribunal;
 - vii. Relatório da Reunião de Validação do Estudo da CUA sobre Coerência Política entre a CUA e os Órgãos Deliberativos da UA
 - viii. Propostas sobre a operacionalização das recomendações respeitantes ao código de conduta da Comissão
 - ix. Estudo sobre o direito de juristas de se retirarem de processos judiciais;
 - x. Nota Conceptual referente à Consulta Regional sobre o Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Outras Intolerâncias Afins
 - xi. Correspondência da CAL a solicitar o fundamento jurídico para a retirada do respectivo estatuto de observadora; e
 - xii. Proposta da NANHRI sobre o estabelecimento de um centro de informações Electrónico referente à aplicação de decisões da CADHP.
38. A Comissão adiou a análise da Proposta de Directrizes sobre o Direito à Água.
39. A Comissão adoptou onze (11) Resoluções, designadamente:
- i. Resolução sobre os Mandatos Interpretativo e Protector da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;
 - ii. Resolução sobre a Situação dos Direitos Humanos na República Federal da Somália;
 - iii. Resolução sobre a Situação dos Direitos Humanos na República do Burundi;
 - iv. Resolução sobre Violações Contínuas dos Direitos Humanos na República dos Camarões;
 - v. Resolução sobre a Situação dos Direitos Humanos na RDC;
 - vi. Resolução referente à Necessidade de um Estudo sobre a Situação dos Lugares e Territórios Naturais Sagrados de África;
 - vii. Resolução referente à necessidade de se efectuar um estudo sobre violações dos direitos humanos de migrantes;
 - viii. Resolução sobre a situação dos defensores dos direitos humanos das mulheres em África;
 - ix. Resolução sobre a criação de um grupo de apoio aos Relatores Especiais para os Defensores dos Direitos Humanos e pontos focais, relativamente a represálias em África, tendo em vista a promoção e fiscalização da aplicação eficaz das Directrizes sobre Liberdade de Reunião e Associação em África;

- x. Resolução sobre a Elaboração de um Comentário Geral ao parágrafo 1 do artigo 12 da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; e
 - xi. Resolução sobre a Expansão do Mandato e Composição do Grupo de Trabalho para a Pena de Morte e Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias em África
40. A Comissão analisou quinze (15) Participações-queixa:
 - i. Três (3) Participações-queixa quanto ao Provimento, tendo uma (1) delas sido declarada com Provimento. Duas (2) das Participações-queixa foram adiadas;
 - ii. Nove (9) Participações-queixa quanto a Aceitação, tendo todas elas sido aceites, três (3) das quais com Providências Cautelares;
 - iii. Duas (2) Participações-queixa foram anuladas; e
 - iv. Uma (1) Participação-queixa com pedido de retirada, que foi deferido.
 41. A Comissão analisou ainda três (3) Participações-queixa, tendo prestado orientações em relação às mesmas;
 42. Representantes do MARP informaram a Comissão sobre a expansão do mandato desse Mecanismo quanto ao rastreio do estado de governação em África, tendo proposto actividades de colaboração entre o MARP e a Comissão.
 43. O Comité Consultivo para questões Orçamentais e de Pessoal (ACBSM) e o Grupo de Trabalho sobre Questões Específicas (WGSI) reuniram-se para analisar o Relatório de Auditoria ao Desempenho e Recrutamento, após o que a Comissão prestou orientações;
 44. A Comissão analisou o respectivo 45º Relatório de Actividades, o qual será apresentado à 34ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo da UA e à 32ª Sessão Ordinária da Assembleia de Chefes de Estado e de Governo.
 45. A Comissão decidiu realizar a sua 25ª Sessão Extraordinária em Banjul, Gâmbia, de 19 de Fevereiro a 5 de Março de 2019;
 46. A Comissão decidiu realizar a sua 64ª Sessão Ordinária no Cairo, Egipto, de 24 de Abril a 14 de Maio de 2019.
 47. A Comissão expressa o seu sincero apreço ao Governo e povo da Gâmbia pela calorosa recepção e hospitalidade dispensadas aos participantes, e por terem criado os meios necessários que contribuíram para a forma bem-sucedida como foram conduzidos os trabalhos da Sessão.
 48. A sessão de encerramento da 63ª Sessão Ordinária teve lugar em Banjul, Gâmbia, no dia 13 de Novembro de 2018.

Feito em Banjul, República da Gâmbia, aos 13 de Novembro de 2018

